

Trabalho, tempo e subjetividade e a constituição do sujeito contemporâneo^{1(*)}

Carmem Ligia Iochins Grisci
Professora da Escola de Administração da UFRGS
Doutoranda em Psicologia na PURGS

Resumo

Trabalho, tempo e subjetividade são três categorias apresentadas neste capítulo. A opção por apresentá-las em itens distintos deve ser útil à preservação de suas particularidades no fenômeno de constituição do sujeito, em especial aquele diretamente envolvido com a reestruturação do trabalho. Esta forma de apresentar as três categorias não deve, no entanto, ser impeditiva de percebê-las entrelaçadas; nem

Abstract

This chapter deals with three categories: work, time and subjectivity. We have chosen to present them as different items because this procedure may be useful to preserve their particularities in the subject's constitution process, specially the one directly involved in the process of work restructuring. Yet, this manner of presenting the three categories should not be an

¹ Work, Time and Subjectivity and constitutive subject contemporary.

(*) Este texto é produto do projeto de tese de doutoramento intitulado "Trabalho, tempo e subjetividade: a reestruturação do trabalho bancário", apresentado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC/RS, sob orientação do Prof. Dr. Pedrinho Guareschi, e associado ao Grupo de Pesquisas "Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar" do PPGraduação em Psicologia da UFRGS, Coord. pela Prof. Dra. Tania Mara G. Fonseca.

deve ser compreendida como resultado de uma disposição hierarquizada. A reestruturação produtiva é um processo de constante transformação da organização do trabalho pelas empresas. Tal transformação produz a necessidade de um novo tipo de trabalhador/trabalhadora com peculiares modos de experimentar o tempo. Essa é a idéia que deverá configurar a compilação do pensamento desenvolvido por vários autores contemporâneos, entre eles Pierre Lévy, Paul Virilio e Felix Guattari.

Palavras-chave: Trabalho, tempo e subjetividade

obstacle for us to perceive their interweaving; nor should it be understood as a result of an hierarchic disposition. The restructuring of production is a process of continuous transformation of labor organisation by the firms. This transformation brings up the need of a new kind of worker, a worker with a peculiar way of experiencing time. This is the idea that will be drawn from the work of many contemporary authors like Pierre Lévy, Paul Virilio and Felix Guattari.

Keywords: work, time and subjectivity

Este item privilegia a categoria trabalho. Por tratar-se de uma categoria de análise que permite infindáveis e significativas discussões, faz-se, neste momento, um recorte que se refere a um modo de trabalho capitalista, que apresenta visíveis e inegáveis transformações. Sob este prisma, detém-se no que diz respeito, especificamente, à reestruturação do trabalho e às novas tecnologias, citando como exemplo o setor bancário. Desde já, procura-se acenar à interrelação trabalho, tempo e subjetividade.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, observam-se importantes transformações que o capitalismo opera, e os modos como elas afetam aqueles que trabalham. Neste sentido, estudos realizados por diversos/as autores/as (KON, 1998; LEITE, 1994; CASTRO, 1995; ANTUNES, 1995), apontam para efeitos desestabilizadores, tanto para as estruturas objetivas relacionadas ao trabalho, como para as estruturas cognitivas/subjetivas relacionadas aos trabalhadores. Quanto às inovações

tecnológicas nos processos de trabalho, estas surgem para possibilitar o aumento da produtividade humana e da maximização do uso dos recursos disponíveis.

Além disso, há que se considerar que a concretização de algumas das tendências que vêm sendo apontadas para além do espaço territorializado do trabalho, certamente repercutirá sobre ele. DAWBOR (1998:15), cita algumas das “tendências estruturadoras do futuro”. Vejamos: as mudanças tecnológicas são mais rápidas do que as institucionais, e ainda mais rápidas do que a nossa capacidade de compreendê-las; a economia se globaliza, enquanto que os sistemas de governo perdem governabilidade; a distância entre pobres e ricos aumenta, evidenciando uma polarização econômica; a urbanização acentua convívios contraditórios; e a transformação do trabalho gera a exclusão social.

As sociedades modernas caracterizam-se por mudanças constantes e velozes e, no âmbito do trabalho, o modelo que emerge revela-se como potencializador de novas e mais sofisticadas formas de acumulação, condizentes com o sistema capitalista. Este é o cenário que, no plano da organização do trabalho e da produção, imprime mudanças indicativas da emergência de um reordenamento dos processos produtivos, a partir de uma base tecnológica bem delimitada em seus perfis e em suas tendências de localização e ocupação, para uma outra, bem menos definida, mais flexível, alicerçada nas redes cibernéticas.

Entre as notórias e crescentes metamorfoses de que sofre o mundo do trabalho, podem-se reafirmar aquelas que dizem respeito ao crescimento do setor de serviços, o que reconfigura a distribuição da classe trabalhadora voltada, até então, prioritariamente à indústria; do aumento do trabalho temporário e informal; do aumento das taxas de desemprego e da precarização do trabalho; das mudanças nas formas de organização do trabalho, de um modelo taylorista-fordista para formas flexíveis, ao menos em termos de discursos; da crise do sindicalismo caracteristicamente de resistência e reivindicação.

Dados censitários referentes ao setor bancário, tomado aqui como exemplo, registram que as transformações marcantes que nele ocorrem vêm implicando novos modos de trabalhar; novos modos de qualificação e também de desemprego (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE, 1997).

Diante da emergência de uma tal pluralidade de práticas evidenciadas no mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas que, inclusive, articulam inclusão e exclusão de novos sujeitos ou a

reconfiguração daqueles já inseridos em tal mundo, BLASS (1998) argumenta em prol de uma ampliação do conceito de trabalho, no sentido de visibilizar práticas que não se enquadram na categoria trabalho enquanto produtivo, assalariado, criador de valor e valores de troca. Ao registrar a necessidade de readequação nas compreensões da categoria trabalho, a autora, assim como ANTUNES (1995), está também longe de dizer *Adeus ao trabalho*.

Do que foi apresentado até então, torna-se claro que, em suas metamorfoses, o processo de reestruturação produtiva encontra suas bases no ajuste estrutural e na flexibilização do trabalho e supõe a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado, bem como a eliminação de regulações governamentais protetoras que, supostamente, engessariam o mercado de trabalho, elevariam os custos e minariam a competitividade.

Assiste-se, hoje, ao aparecimento de uma organização que se quer minimamente burocrática e que procura dispor de um número mínimo de camadas hierárquicas. O novo paradigma produtivo contraria a idéia de emprego e de carreira em local fixo, e privilegia a concepção de um espaço ao qual trabalhadores temporários se vinculam, para logo desvinculam-se. No setor bancário permeia, inclusive, a noção de que bancário não é profissão. Tal noção torna-se ainda mais comprometedora quando a necessidade de recolocação é vislumbrada, diante das possibilidades de extinção de uma carreira a longo prazo.

Assiste-se, igualmente, ao surgimento de uma organização que se relaciona com os trabalhadores de forma absolutamente ambivalente. De uma parte, valoriza-os em termos de sua qualificação técnica, suas capacidades de empreendimento e criatividade e, de outra, não se mostra mais comprometida com seus recursos humanos, haja vista a precariedade do trabalho, amplamente comentada na literatura científica.

Na reestruturação do trabalho, que responde à globalização econômica, as novas tecnologias passam, então, a ser apresentadas como detentoras de um papel fundamental. Ainda mais que,

uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda

mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado (SANTOS, 1998:218).

Relativo à prestação de serviços, o setor bancário pode ser tomado como exemplar em relação à reestruturação do trabalho e à adoção de novas tecnologias. Manchetes tais como *Rumo ao banco do futuro; Smart Cards já são realidade; Revolução nos bancos exige um novo bancário*, entre outras, tornaram-se correntes nos últimos tempos. Elas indicam que os bancos brasileiros migram para a Internet e oferecem uma variedade de recursos; que os cartões inteligentes surgem para viabilizar, entre outras coisas, o fluxo de dinheiro via sistemas informatizados; que os bancos de investimentos apostam na especialização dos serviços para satisfazer aos clientes (PEDROSO, 1998).

Dados ilustrativos destes fatos provém de experiências que vão desde a criação de *home page* como veículo de divulgação institucional, ao crescimento exponencial do número de clientes a utilizarem os serviços bancários disponibilizados na Internet, acenando a uma já propalada revolução em termos de negócios virtuais, como comprar e pagar com cheques virtuais, e recarregar dinheiro em cartão pela Internet (PEDROSO, 1998).

Por novas tecnologias, entende-se um “termo genérico empregado para se designar a automação de base microeletrônica que está sendo introduzida, na indústria e nos serviços, como um dos componentes da reestruturação produtiva em curso em nível mundial” (SILVA, 1997, verbete Novas Tecnologias). Alguns autores consideram como integrantes das novas tecnologias, inovações na gestão do trabalho e da produção, com inúmeras técnicas e programas marcadamente relacionados ao Modelo Japonês.

Diversas e também divergentes compreensões sobre o assunto são defendidas por pesquisadores da área. Para aqueles que privilegiam o potencial *humanizado* das novas tecnologias (MATTOSO, 1995) já verificar-se-ia a construção de um trabalhador completo, em contraposição ao trabalhador massificado do modelo fordista. Para outros, como LEITE (1994), entretanto, o novo paradigma pode vir acompanhado de um conjunto de outros impactos sobre o trabalho e que apontam mais no sentido de sua precarização do que do seu enriquecimento. Pode-se citar, neste aspecto, a perda de direitos trabalhistas, o desemprego e a marginalização, entre outros.

O desenvolvimento tecnológico pode ser tomado, desde a perspectiva

das novas tecnologias, como *a aposta máxima da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e da informática, entre os grandes conjuntos geopolíticos. Mas ele responde, igualmente, às finalidades dos idealizadores e usuários, que buscam aumentar a autonomia dos indivíduos e redobrar suas faculdades cognitivas*. Esta é a colocação feita por LÉVY (1997a:3) em artigo intitulado “O inexistente impacto da tecnologia: uso intensivo da técnica é característica fundamental da humanidade”.

Tal título remete, num primeiro momento, a uma visão francamente otimista do autor acerca do que ele denomina *tecnologias da inteligência (As novas tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática (1996a), e O que é o virtual? (1996b))*, visto que aparentemente parece desconsiderar seus possíveis impactos. Contudo, faz-se, aqui, a necessidade de não se acalantar ilusões no sentido da inexistência de impactos, uma vez que é o próprio autor quem refere que

no instante em que deliberamos sobre possíveis usos de uma dada tecnologia, os modos operacionais já se acham impostos. Mesmo antes de tomarmos consciência, a dinâmica coletiva cava seus alicerces. Quando nos damos conta, já é muito tarde... Enquanto nos interrogamos sobre as tecnologias visíveis e já imersas nos hábitos, outras tecnologias emergem na fronteira nebulosa em que se inventam as idéias, as coisas e as práticas. Essas tecnologias são ainda invisíveis, talvez à véspera da extinção, talvez fadadas ao sucesso (LÉVY, 1997a:3).

Observa-se que LÉVY agrega às tecnologias noções outras que as redimensionam. Nota-se assim, segundo este autor (1997b) que aquilo que em geral se classifica sob a denominação, *grosseira* para ele, de novas tecnologias, encobre, na verdade, a atividade *multiforme* de grupos humanos, um *devir coletivo* complexo que se cristaliza em torno de objetos materiais, de programas informáticos e de dispositivos de comunicação. Para o autor, portanto, nada está decidido a priori.

Diante disto, os impactos negativos, tanto quanto os impactos positivos, das novas tecnologias deveriam ser redirecionados para além delas, pois para LÉVY (1996b), *a técnica propõe mas o homem dispõe*. Os impactos negativos deveriam ser atribuídos sobretudo à organização do trabalho; às relações de dominação ou, ainda, à complexidade dos fenômenos sociais.

Os positivos, por sua vez, também não pertencem à técnica, mas àqueles que a conceberam, a produziram e a utilizaram.

O raciocínio que leva ao título “O inexistente impacto da tecnologia” apóia-se, ainda, em dois questionamentos formulados por LÉVY (1996, 1997a). Ambos referem-se à origem das tecnologias. Seriam elas provenientes de algum outro planeta, com características distintas dos valores humanos? Ou seriam elas autônomas, dissociadas da sociedade e da cultura?

Da forma como o autor conduz os questionamentos, já portadores de respostas, pode-se reafirmar a noção de indissociação sujeito/mundo, em que o cenário estruturado/estruturante, para além de simples pano de fundo, é constitutivo do sujeito. Conforme as próprias palavras de LÉVY (1997a:3):

Por trás das técnicas, no meio delas, agem e reagem idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder - o espectro inteiro dos jogos humanos em sociedade. Assim, toda afetação de um sentido unívoco da 'Técnica' só pode ser duvidosa.

Cabe, neste momento, considerar o papel da velocidade, tão bem destacado por VIRILIO (1995; 1996a; 1996b), outro autor singular, também imprescindível à temática proposta. A velocidade das mudanças, exigida pela organização do trabalho, tem papel preponderante no desencadear do sentimento de desassossego, ao não permitir que os sujeitos do trabalho experimentem um tempo de transição entre o novo e o antigo, entre o conhecido e o desconhecido.

Ao pesquisar sobre as experiências do sujeito frente à inovação tecnológica, REBECCHI (1990) lança mais uma pista do quanto à questão do trabalho e à do tempo encontram-se entrelaçadas, embora este não fosse o objetivo central da pesquisa por ele desenvolvida.

Através das falas dos trabalhadores pesquisados, tal investigação aponta-os isolados e controlados em meio às inovações tecnológicas, perdendo cada vez mais a capacidade de controlar o tempo de trabalho. Trata-se do que o autor chama de “o paradoxo do computador” que, ou impede que o trabalho seja feito, ao cair a rede, por exemplo; ou possibilita a realização de um trabalho em ritmo acelerado.

Da pesquisa realizada, REBECCHI (1990) conclui que existe uma

variação do tempo, no sentido que o tempo de trabalho não é mais mensurável em termos objetivos como antes; e ocorre uma mudança na *avaliação do tempo* por parte dos trabalhadores. Para REBECCHI, o que ocorre, portanto, é uma *dilatação do tempo de espera*, que ele caracteriza como sendo psicológica, e uma forte *condensação do tempo de trabalho*.

Nesta mesma direção, encontra-se o extenso trabalho de DAL ROSSO (1996) sobre a jornada de trabalho na sociedade, tomada enquanto forma de medição do tempo. Em seu livro, DAL ROSSO é taxativo no que denomina de “práxis social da participação” que contém, em sua envergadura, a flexibilização dos tempos e a participação no trabalho. Desde uma perspectiva crítica assinalada pelo mesmo autor:

a flexibilidade permite reduzir períodos ‘mortos’ de trabalho. Ou seja, o emprego normal da força de trabalho - os empregos ‘fixos’ - ainda contém tempos ‘mortos’, sob o ponto de vista da produção da mais-valia. A exemplo dos fins-de-semana, noites ou férias. A flexibilização comportaria eliminar os ‘tempos mortos’ e aproveitar ao máximo o investimento de capital fixo. Nessa ótica, automação e flexibilização do trabalho têm coerência de significado (op. cit., p.186) (Grifos do autor).

Das breves conclusões da pesquisa citada e da perspectiva anteriormente referida obtêm-se pistas de que no trabalho processam-se modos de experimentar o tempo que podem vir a constituir-se numa vertente importante de subjetivação.

Tempo

Este item privilegia a categoria tempo. Procura-se apresentá-lo tomando o tempo em sua forma contemporânea: atravessado pela velocidade, a partir das transformações emergentes no mundo do trabalho, enquanto possibilidade de subjetivação.

Desde as leituras de autores contemporâneos interessados na problemática do tempo, denota-se que a física e a filosofia apresentam-se enquanto disciplinas de destaque em tal empreendimento. E que, recentemente, ambas têm-se mostrado mais próximas com respeito a tal temática tão complexa. Do ponto de vista de um tempo absoluto, conforme NEWTON na mecânica clássica, ao ponto de vista completamente diferente adotado pela física quântica, sendo o tempo tomado enquanto construção por PRIGOGINE, por exemplo,

evidencia-se a crise de um determinismo, afetado pelo desequilíbrio e pelas incertezas.

Embora os reconhecidos saberes provenientes destas disciplinas, notadamente com o trabalho de seus expoentes, opta-se, para os propósitos deste texto, pela não incursão em sua longa história, centrando-se nos autores contemporâneos que, de uma forma ou de outra, já efetuaram tal intento, e dele extraíram algumas críticas. É o caso de VIRILIO, tido como um dos mais originais e consistentes analistas da sociedade tecnologizada em que vivemos. Dele, transcreve-se um longo trecho de um texto elucidativo do muito que já foi percorrido nos estudos referentes ao tempo, e que parecem justificar a opção feita:

Em uma entrevista concedida recentemente, a propósito do lançamento de seu livro Temps et Récit (...), Paul Ricoeur declarava: 'Não somos capazes de produzir um conceito de tempo que seja ao mesmo tempo cosmológico, biológico, histórico e individual'. Fazer tal afirmação é, em meu entender, menosprezar as conquistas das ciências e das técnicas, a importância decisiva do fator VELOCIDADE nas novas concepções do tempo. É menosprezar ainda a natureza das narrativas tecnológicas. Quando o filósofo explica: 'A atividade da narrativa consiste em construir conjuntos temporais coerentes: em configurar o tempo', ele exprime algo que não é apenas uma conquista das ciências 'humanas', mas sobretudo das ciências 'exatas': a produção de regimes de temporalidade pelas tecnologias (primárias e avançadas), de conjuntos temporais coerentes que contribuem, como vimos, para configurar o espaço, o tempo, 'tempo próprio' dos indivíduos, 'tempo social' da história das mentalidades, mas ainda e sobretudo 'tempo científico e político' da física, da geofísica e da astrofísica (VIRILIO, 1995:82) (Grifos do autor).

Outros autores, de uma forma ou de outra, vêm buscando compreensões acerca do tempo e apresentam, no bojo de suas reflexões, algumas indagações que se assemelham às que faz NOVAES (1996:9):

O que é experiência do tempo? Pode uma cultura falar do tempo sem recorrer às diversas formas de elaborar suas tradições e de narrar a História? Como pensar a história a partir de uma tradição que trabalha com a idéia de tempo absoluto, sem conexão com as diferentes dimensões sociais, políticas e intelectuais e que procura identificar a sociedade a uma única experiência temporal? Como pensar, enfim, a natureza do contemporâneo: tempo fragmentado,

tempo deslocado, tempo modelado, tempo repetitivo-veloz-volátil, tempo sem memória?

O pensamento de RESENDE (1997:28) faz-se complementar às citações apresentadas, tomadas enquanto impulsionadoras deste item:

O tempo neste final de milênio é de nevoeiro, mas o barco desliza a grande velocidade, contrariando o que prescreve o velho marinheiro, decantado pela prudência popular. A grande tentação é a de se deixar levar pela correnteza, no tresloucado deslocamento de corpos, de idéias, de fronteiras. No imaginário, há certa apreensão, inerente a escatologismos de final de milênio. Entre as brumas, mal divisamos pistas, à procura de novas categorias. Nenhuma teoria se mostra capaz de explicar, de modo abrangente, o processo em curso.

A idéia desenvolvida por LÉVY (1996a) acerca dos três grandes pólos na história da humanidade, pode trazer elucidações acerca de *o tempo neste final de milênio ser de nevoeiro* e, mesmo assim, *o barco deslizar a grande velocidade*.

O primeiro pólo a que LÉVY se refere é por ele chamado *pólo da oralidade primária*. Neste pólo as histórias são passadas de geração em geração via relatos orais, sendo a memória totalmente arraigada às pessoas. A repetição produzia a idéia de tempo cíclico, tendo como dinâmica cronológica, o horizonte do eterno retorno. Além disso, as formas do saber eram expressas através da narrativa e do rito.

O segundo pólo surge com a escrita. Da disposição linear de letras que se sucedem tem-se uma elasticidade do tempo, tomado, então, como tempo linear. Surge uma distância pessoal em relação à memória social que, a partir de então, encontra-se semi-objetivada no escrito. As formas do saber passam a ser expressas de forma armazenada nos escritos.

O terceiro pólo é identificado com o uso das novas tecnologias que permitem uma coexistência virtual dos dados. Essa coexistência virtual produz, então, outros tempos, diferenciados daquele cíclico ou linear. A dinâmica cronológica é da ordem da velocidade pura. A memória social em transformação encontra-se quase que totalmente arraigada a dispositivos técnicos, gerando um declínio da crítica. As formas do saber por simulação e interconexão em tempo real valorizam o momento oportuno, o aqui e agora, a imediatez.

Embora a existência concomitante destes três pólos, pois não se deixa de falar porque se escreve, e tampouco os livros desaparecem porque

existem as bibliotecas virtuais, é, sobretudo, o último pólo que se constitui enquanto foco de interesse deste texto.

Ainda, quanto ao que se passa com a prescrição do *velho marinheiro*, tem-se uma luz no pensamento de PELBART (1996:57), para quem as novas tecnologias nos defrontam com o “*desmanchamento de uma narratividade que dobra o tempo à sua maneira*” (Grifo do autor); e no pensamento de VIRILIO (1995:65) ao referir que de fato, “*o tempo só é um tempo vivido (psicológica, sociológica ou politicamente) pelo fato de ser interrompido. O tempo ‘contínuo’ é talvez o da cronologia ou da história, mas não o do cotidiano*” (Grifos do autor). Daí emerge a noção de que o tempo subjetiva.

Numa interessante abordagem, o dia é indicado por VIRILIO (1995) enquanto referência desta interrupção. De acordo com a visão do autor, vários tipos de dia se sucederam: ao *dia solar*, que estrutura o espaço da vida, sucedeu-se um *dia químico* caracterizado pela luz das velas a possibilitar atividades noturnas; ao *dia químico* sucedeu-se um *dia elétrico* representado pela lâmpada elétrica a indefinir a percepção da jornada; e a este, um *dia eletrônico* representado pelas tecnologias avançadas a permitir uma vivência de comunicação instantânea caracterizada como sendo *ao mesmo tempo*, ocasionando novos regimes de tempo.

De certo modo, a idéia de interrupção, proposta por VIRILIO, assemelha-se à argumentação de BACHELARD (1994) de que a única realidade temporal é a do instante, isto é, o tempo é fundamentalmente descontínuo. Desta forma, para este autor, o tempo constitui-se de um sistema de instantes e de intervalos. Do passado histórico, propõe BACHELARD (1994:8), permanece apenas aquilo que tem razões para permanecer. “Assim, ao lado da duração pelas coisas, há a duração pela razão. Ocorre sempre desse modo: toda duração verdadeira é essencialmente polimorfa; a ação real do tempo reclama a riqueza das coincidências, a sintonia dos esforços rítmicos”.

Também em LÉVY (1996a), mesmo que não necessariamente com a mesma intensidade, surge a questão dos ritmos. As diversas formas de expressão, que se dão em instantes, durações e ritmos próprios, quando registradas obrigam o tempo a passar em apenas um sentido e vêm a constituir a história. E como diz NOVAES (1996:9): ao narrar a história de um povo deve-se considerar a “articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história e o pensamento do tempo. Ora, é essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais,

consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante”.

A medição do tempo desempenhou um papel fundamental na história das sociedades. A evolução observada, no âmbito dos instrumentos de medição, é prova disso. Do calendário solar a registrar o tempo, à possibilidade de gravação programada através do videocassete, tem-se não só a medida do tempo, mas também a organização de um tempo que não chegou. De acordo com THOMPSON (1995:269), tem-se, decorrente do uso do videocassete, uma *mudança do tempo*, já que os videocassetes “possibilitam aos receptores separar os horários de assistência dos horários de difusão, de tal modo que o material de difusão pode ser gravado e visto em ocasiões diferentes”. Essa é uma evidência que se soma a outras observadas mais amplamente no cotidiano, tais como, *Rua 24 horas; Atendimento 24 horas; Notícias 24 horas; Banco 24 horas*, e até mesmo *Banco 30 horas*. Além dessas evidências que tomam o tempo absolutizado, têm-se aquelas relacionadas a serviços de tele-entrega que transmitem a idéia do imediato, do instantâneo, do aqui e agora. Todas elas encontram-se na esteira das tecnologias avançadas que “avançam no tempo para tentar criar um dia, um ‘dia-falso’ suplementar” (VIRILIO, 1995:44) (Grifo do autor). Neste sentido, faz-se necessário reconhecer que, atualmente, não é mais o tempo, mas a velocidade que se tornou a medida.

Desde as perspectivas apresentadas até então, tem-se uma nova noção de homem. Amparado em NIETZSCHE, é mais uma vez VIRILIO (1996b) o autor a explorar a idéia de *homem superexcitado* que busca na tecnologia não mais a proteção do corpo, mas sua extensão no espaço no sentido de acelerar-se, tal como é possível acelerar-se uma máquina. Desta forma, estar excitado corresponde a estar vivo, e *ser vivo é ser velocidade*.

É assim que se pode conectar tempo e trabalho. A “urgência do tempo de trabalho aparece como *centro do tempo* e o tempo livre das férias, do desemprego, como tempo de uma periferia, *subúrbio do tempo*” (VIRILIO, 1995:11) (Grifos do autor), que se pode tomar em comunhão com a expressão *tempos mortos* adotada por DAL ROSSO (1996) e apresentada no item anterior, que denota, igualmente, o caráter utilitário do tempo aos olhos do capital.

Além disso, tem-se que:

... a aceleração das modificações técnicas, devidas sobretudo à informatização, acarreta uma variação, uma modulação constante, ou mesmo mudanças radicais dos conhecimentos operacionais no centro de uma mesma profissão. A flexibilidade não está relacionada apenas com os processos de produção e os circuitos de distribuição. A exigência de reorganização em tempo real visa também os agenciamentos cognitivos pessoais (LÉVY, 1996a: 18-119).

Ao refletir-se, principalmente sobre a obra de VIRILIO, torna-se claro que suas idéias apresentam vínculos com a Psicologia, embora ele próprio não divulgue isso. Tal vínculo se dá em razão de que a velocidade pode ser considerada como uma nova forma simbólica da cultura, enigma central da contemporaneidade. Ao revelar-se nas intercorrências do cotidiano, particularmente expressa no mundo do trabalho – com o processo de virtualização propiciado pela informática, a comunicação instantânea e globalizada, a rapidez dos fluxos, as empresas virtuais - aponta para novos modos de ser, construídos a partir de distintos modos de homens e mulheres experimentarem o tempo, inegavelmente atravessado pela velocidade. Daí a importância de se pensar como a subjetividade se configura atravessada pela velocidade das transformações contemporâneas.

Subjetividade

Este item busca esclarecer de que subjetividade se fala. Ainda mais que o uso do termo subjetividade tornou-se comum, embora nem sempre ele seja empregado dentro de uma mesma perspectiva. Aqui, opta-se pela ótica colocada por GUATTARI (GUATTARI, 1997; GUATTARI & ROLNIK, 1996; DELEUZE & GUATTARI, 1996).

Ao tratar a questão da subjetividade, faz-se presente a questão da objetividade do mundo. Isto porque subjetividade e objetividade não são instâncias contrárias, ou autônomas uma em relação à outra. Ao contrário, elas constituem-se uma à outra, necessitam uma da outra. A subjetividade antes de ser individual é coletiva, social e histórica e relaciona-se com o mundo que a gera tal como uma *fita de Moebius* (ESCHER, 1998), apresentando continuidade entre o fora e o dentro. Este é um entendimento básico que percorre toda a discussão acerca da subjetividade.

A objetividade do mundo encontra-se relacionada ao que GUATTARI chamou de *a ordem capitalística* (GUATTARI & ROLNIK, 1996). Cabe lembrar que o sufixo *ístico* é utilizado para dar ao termo capitalístico uma abrangência além das sociedades capitalistas. Tal ordem é projetada tanto na realidade do mundo, quanto na realidade psíquica. Desta forma, ela interferirá tanto nos esquemas de conduta, como nos de pensamento, de sentido, de sentimento ou de afeto, entre tantos outros.

Conforme este autor, a ordem capitalística produz, por vezes inconscientemente, os modos das relações humanas que dizem respeito ao trabalho, à educação etc. Ela fabrica as relações, inclusive as relações com o presente, com o passado e com o futuro, o que significa fabricar a relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo. Portanto, é em relação ao lugar que o sujeito ocupa no mundo, que a sua subjetividade se constitui. Quer queira, quer não, o sujeito está ligado aos fluxos sociais, materiais e dos signos que o circundam, atravessam-no e o constituem.

A noção de subjetividade, dado o exposto, é assim proposta pelo autor:

subjetividade de natureza industrial, maquinaica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida. As máquinas de produção da subjetividade variam. Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional (GUATTARI & ROLNIK, 1996:25).

Diante disto, já é possível se notar a pertinência contida na verificação de novas formas de subjetivação utilizadas pelo capital, no sentido de produzir trabalhadores que correspondam aos novos modos de trabalhar e de se relacionar, já que o trabalho pode ser considerado como uma categoria central em suas vidas.

Para isto, deve estar claro que a sociedade e os fenômenos de expressão social não resultam da somatória de subjetividades individuais. Ao contrário, é a subjetividade individual que resulta de determinações coletivas sociais, econômicas e tecnológicas. A subjetividade, portanto, é social, podendo ser assumida e vivida pelos sujeitos particularmente. O modo pelo qual os sujeitos vivem essa subjetividade, no entanto, balança entre dois pólos. O pólo que expressa uma relação de alienação e de opressão, e o pólo que expressa uma relação de expressão e de criação. No primeiro, o sujeito

simplesmente se submete à subjetividade tal como a recebe. No segundo, o sujeito se reapropria dos componentes da subjetividade, tal como um ato de resistência à *ordem capitalística* (GUATTARI & ROLNIK, 1996).

Estes dois pólos referem-se, então, aos modos através dos quais o sujeito consome a subjetividade. GUATTARI utiliza-se da linguagem da informática para explicar a noção de consumo, ao referir-se ao sujeito como “esse *terminal individual* (que) *se encontra na posição de consumidor de subjetividade*. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. – sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais” (GUATTARI & ROLNIK, 1996:32) (Grifos do autor).

Para GUATTARI, dos modos de consumir a subjetividade decorrem, então, dois processos: um denominado *singularização*, e outro *individação*. O processo de singularização se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, contra a subjetividade *capitalística*. Esse processo frustra os mecanismos de interiorização contidos nos valores *capitalísticos*. Ao frustrar tais mecanismos, o processo de singularização abre possibilidades de gerar a afirmação de valores referentes a um registro particular, independentemente dos valores que rodeiam os sujeitos. O processo de singularização pode ser considerado como sendo caracteristicamente de resistência, já que vem a subverter a *modelização de subjetividade*.

O processo de *individação*, por sua vez, caracteriza-se, justamente, pela tentativa de bloquear o processo anterior para ele próprio instaurar-se. O objetivo do processo de individuação é desmanchar os modos de viver, de morrer, de nutrir, de trabalhar dos sujeitos (CERTEAU, 1996; CERTEAU, GIARD e MAYOL, 1997), para organizar outros modos conforme padrões universais, massificadores e individualizantes. Esses modos não só ignoram, como também interrompem os modos de experimentar o viver, o morrer, o nutrir e o trabalhar cultivados pelos sujeitos. Em razão disso, tem-se que a “experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. *É, portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização*” (GUATTARI & ROLNIK, 1996:38) (Grifo do autor).

Estes dois processos, – de singularização e de individualização – notoriamente incompatíveis, sustentam a conotação diferenciada atribuída aos termos singularidade e individualidade. Acompanhando as

características dos dois processos descritos anteriormente, à singularidade cabe a riqueza e a diferenciação que provêm dos diversos modos de viver; enquanto à individualidade cabe o produto de valores hegemônicos, ou seja, indivíduos produzidos a *fornadas*, “deslocáveis ao sabor do mercado”, perfeitamente adaptados “aos tais ‘tempos que correm’...” (GUATTARI & ROLNIK, 1996:39) (Grifos do autor).

Nota-se aí, que a “*ordem capitalística incide nos modos de temporalização*”. Modos de temporalização estes que dizem de uma *sincronia maquínica*, ao impor um tempo de equivalência. Por tempo de equivalência, GUATTARI entende:

algo que depende de uma determinada ordem social: não se bate o tempo segundo os mesmos ritmos, segundo os mesmos refrões, num agenciamento onírico, num agenciamento melancólico ou maníaco, num agenciamento de dança ou num agenciamento de produção social coletiva. São, de fato, modos de territorialização específicos. E todos esses sistemas de medida de equivalência do tempo, interiorizados, não são apenas um fato subjetivo, mas também um dado de base da formação da força coletiva de trabalho, e da formação da força coletiva de controle social (GUATTARI & ROLNIK, 1996:44) (Grifo do autor).

Assim como existe uma diversidade relativa aos modos de subjetivação, existe uma diversidade relativa aos modos de *marcar o tempo*. Os *ritornelos*, ou módulos de intensidade, podem ser encontrados nos ritmos que marcam determinados rituais, desde sociedades mais arcaicas, até hoje. Eles encontram-se diretamente relacionados ao tempo.

Por um longo período, o tempo foi considerado uma categoria universal e unívoca, ao passo que, na realidade, sempre lidamos apenas com apreensões particulares e multívocas. O tempo universal é apenas uma projeção hipotética dos modos de temporalização concernentes a módulos de intensidade – os ritornelos – que operam ao mesmo tempo em registros biológicos, sócio-culturais, maquínicos, cósmicos etc ... (GUATTARI, 1997:28).

Diferentes componentes constituem a heterogeneidade dos modos de subjetivação, mas eles são, entretanto, captados por estes módulos de intensidade, os *ritornelos*. Há uma espécie de resistência social que deve se opor aos modos dominantes de temporalização. Isso

vai desde a recusa de um certo ritmo nos processos de trabalho assalariado, até o fato de certos grupos entenderem que sua relação com o tempo deve ser produzida por eles mesmos – por exemplo, na música, na dança etc. Seguindo esta mesma linha de contribuição teórica, cabe perguntar-se como as transformações tecnológicas, notadamente aquelas relativas ao mundo do trabalho, podem vir a influenciar na subjetividade?

Para GUATTARI, as transformações tecnológicas tanto podem vir a possibilitar processos de singularização, quanto processos de individuação. Diz o autor:

o 'trabalho com o computador' conduz à produção de imagens abrindo para Universos plásticos insuspeitados (...) Mas, ainda aí, é preciso evitar qualquer ilusão progressista ou qualquer visão sistematicamente pessimista. A produção maquinica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor como para o pior. Existe uma atitude anti-modernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquinica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação (1997:15).

Se as transformações tecnológicas podem gerar tanto processos de singularização, quanto processos de individuação, caberia, ainda, questionar-se sobre o *como* isto acontece.

Na tentativa de pensar o *como*, a idéia de rizoma proposta por DELEUZE & GUATTARI (1996:32-33), mostra-se oportuna e adequada. Como alguns dos principais caracteres de um rizoma, tem-se que:

... diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer; (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. (...) o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (...) O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada.

A idéia de rizoma indica o propósito de se articular trabalho,

tempo e subjetividade, enquanto elementos conectáveis por pontos ainda não previstos. Tal articulação considera duas condições, em especial: a realidade do mundo do trabalho como constitutiva do sujeito bem como a noção de subjetividade/sujeito vinculada aos processos sociais e históricos.

Trabalho e tempo, como se vê, entrelaçam-se no que se pode chamar de cenário contemporâneo. As mudanças da reestruturação produtiva, mormente aquelas provenientes do uso de novas tecnologias, vão incidir sobre o tempo e, ao instituírem novos regimes temporais, vão afetar a subjetividade. Cabe ressaltar, no entanto, que essa seqüência não se limita a um paradigma de causa e efeito, tal é a complexidade que a envolve. Como se vem acenando, trata-se, portanto, de novos modos de trabalhar, de novos regimes temporais, e de novos modos de subjetivar.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo : Cortez. 1995.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2. ed. São Paulo : Ática. 1994.
- BLASS, Leila Maria. Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, L., IANNI, O. e RESENDE, P. E. (Org.s). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes. 1997, p.147-153.
- CASTRO, Nadya Araújo de. (Org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis : Vozes. 1996.
- _____; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis : Vozes. 1997.
- DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo : LTr. 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro : Editora 34. 1996, v.1, p. 11-52.
- DAWBOR, Ladislav. Globalização e tendências institucionais. In:

- DAWBOR, L. IANNI, & RESENDE, P. E. (Org.s). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes. 1998, p.9-16.
- ESCHER, M. C. *Moebius Strip II*. (Disponível na Internet). 19 maio 1998.
- GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. In: GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro : Editora 34. 1997, p. 11-70.
- _____. & ROLNIK, Suely. *Micropolítica : cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis : Vozes. 1996.
- KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, L., IANNI, O. e RESENDE, P. E. (Org.s). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes. 1998, p. 60-69.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho : novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo : Scritta. 1994.
- LÉVY, Pierre. O inexistente impacto da tecnologia. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 17 ago. 1997a. Caderno Mais. Autores, p.3.
- _____. O digital e a inteligência coletiva. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1997b. Caderno Mais. Autores, p.3.
- _____. *As novas tecnologias da inteligência : o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Editora 34. 1996a.
- _____. *O que é o virtual?* Petrópolis : Vozes. 1996b.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo : Escrita. 1995.
- NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo : Companhia das Letras. 1996, p. 9-18.
- PEDROSO, Monica Miglio. Rumo ao banco do futuro. *Especial Internet Business*, v. 1, n. 5, p. 54-60, abr. 1998. Bancos.
- PELBART, Peter Pal. O tempo não-reconciliado. In: KATZ, Chaim S. (Org.). *Temporalidade e psicanálise*. Petrópolis : Vozes. 1996, p. 41-66.
- REBECCHI, Emilio. *O sujeito frente à inovação tecnológica*. Petrópolis : Vozes/IBASE. 1990.
- RESENDE, Paulo-Edgar. A federação como alternativa democrática nas relações entre as nações. In: DOWBOR, L., IANNI, O. e RESENDE, P. E. (Org.s). *Desafios da globalização*. Petrópolis : Vozes. 1998, p.28-42.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. 2ª. ed. São Paulo : Hucitec. 1998.
- SILVA, Lorena Holzmann da. Novas tecnologias. In: CATTANI, Antônio

- Dawid. (Org.). *Trabalho e tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis : Vozes; Porto Alegre : Ed. Universidade. 1997.
- SINDICATO dos Bancários de Porto Alegre/Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. Coletivo Estadual de Saúde. Censo de Saúde dos Bancários do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1997.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis : Vozes. 1995.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico : e as perspectivas do Tempo Real*. Rio de Janeiro : Editora 34, 1995.
- _____. *Velocidade e política*. São Paulo : Estação Liberdade. 1996a.
- _____. *A arte do motor*. São Paulo : Estação Liberdade. 1996b.